IMPL D.O. d. 10-X15-

LEI Nº 30 DE MOVEMBRO DE 1 948

Autor: Deputado Mena Gonçalves

Reconhece aos magistrados aposentados de acôrdo com o disposto no artigo 177, da Constituição rederal de 1 937, direi to a receber diferenca de vencimentos.

A ASSTRUCIA FEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GR0330 decreta e su promulgo a seguinte lei:

artigo 1º - Fica reconhecido aos magistrados aposen tados de acôrdo con o disposto no artigo 177 da Constituição Fed<u>e</u> ral de 1 937, direito a receber a diferença entre os vencimentosnercebidos e os tabelados para os respectivos cargos durante e em consequência de suas aposentadorias.

Artigo 20 - O Chefe do Executivo fica autorizado estabelecer com os beneficiados por esta lei, o modo pelo qual pager-lhe-à o Estado, o crédito dele decorrente.

Artigo 3º - Para o fim previsto nesta lei, fica Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário. que será coberto com os recursos disponíveis provenientes do €Ħ préstimo contraído pelo Estado em virtude da lei nº 65, de 6 de Dezembro de 1 947.

Artigo 4º - Usta lei entrará em vigôr na data đe sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, da Assembléia Legislativa do Esta do, em Culabí, 26 de Novembro de 1 948

Presidente.

Secretário